2025

ROTINAS DE GESTÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

SUPERVISORES ESCOLARES

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR
Eduardo Leite

VICE-GOVERNADOR
Gabriel Souza

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Raquel Teixeira

SECRETÁRIA-ADJUNTA
Stefanie Eskereski

CHEFE DE GABINETE
Aline Mendes
DIRETOR-GERAL
André Agne Domingues

SUPERINTENDENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Tomás Marques de Hollanda Collier

SUBSECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Marcelo Jeronimo R. Araújo

SUBSECRETÁRIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DA REDE ESCOLAR
Neri Barcelos

SUBSECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES
Rômulo Mérida Campos

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORGANIZACIONAL
Diego Ferrugem

PRODUÇÃO GRÁFICA
ASCOM SEDUC RS
Coordenação: Bianca Garrido
Projeto Gráfico e Diagramação: Karoline Bieger

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

Sumário

CARTA DE ABERTURA	**04**
INTRODUÇÃO	**05**
1. SUPERVISOR ESCOLAR: PONTE, FAROL E ARTICULADOR DA REDE DE SABERES DA ESCOLA.	**06**
1.1. ROTINAS DO TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR	**08**
1.1.1. HORÁRIO ESCOLAR	**08**
1.1.2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOCENTE	**11**
1.2. GESTÃO DAS APRENDIZAGENS: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES	**20**
1.2.1. PROJETOS INTERDISCIPLINARES: TEMAS INTEGRADORES E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS	**23**
1.2.2. MODELO DE PLANEJAMENTO DE AULAS	**26**
1.2.3. RUBRICA PARA LEITURA DO PLANEJAMENTO DE AULAS	**27**
1.2.4. CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTO	**28**
REFERÊNCIAS	**32**

CARTA DE ABERTURA

Carta de Abertura

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.” Esse conhecido provérbio africano nos traz uma reflexão profunda e urgente sobre a educação nos tempos atuais. Ele nos lembra que educar não é um ato solitário, mas um processo coletivo, que exige a união de esforços entre diferentes atores, espaços e dinâmicas. Essa sabedoria ancestral dialoga com os desafios contemporâneos que enfrentamos enquanto rede de ensino.

Se a educação de uma criança demanda a mobilização de toda uma aldeia, nosso compromisso, enquanto uma rede composta por mais de 700 mil estudantes, ultrapassa ações pontuais e isoladas. Ele exige uma articulação organizada, conectando o micro, o trabalho realizado em cada escola e sala de aula; ao macro, as diretrizes e estratégias que sustentam a coerência e o propósito do nosso sistema educacional.

Este documento foi elaborado com o propósito de fortalecer esse elo de articulação pedagógica, atribuindo à Divisão de Gestão Pedagógica da Regional um papel estratégico e central no que chamamos de “movimento pedagógico de rede” em alinhamento com a Gestão Pedagógica nas Escolas. Esse movimento busca assegurar que nossas práticas educacionais sejam sistêmicas, coesas e alinhadas às melhores estratégias de ensino. A intenção aqui não é apresentar um material final e definitivo, mas sim oferecer uma base consistente que oriente as principais atribuições, projetos, ações e rotinas pedagógicas essenciais para a rede. É, acima de tudo, um convite à construção coletiva e contínua, integrando novos desafios e inovações que surgirão ao longo do caminho.

Ao olhar para 2025, projetamos um ano letivo marcado pela qualidade e pela equidade. E para que essa visão se concretize, é fundamental que nossas práticas pedagógicas estejam alinhadas, que nossas rotinas sejam consistentes e que mantenhamos o foco naquilo que nos une: o compromisso com uma educação transformadora e acessível a todos.

Que esta mensagem sirva como inspiração para iniciarmos o novo ano com coragem, criatividade e a certeza de que, enquanto aldeia, podemos educar não apenas crianças, mas cidadãos plenos e preparados para o futuro.

RAQUEL FIGUEIREDO ALESSANDRI TEIXEIRA
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

INTRODUÇÃO

Introdução

A educação é um direito fundamental que se materializa através da aprendizagem efetiva. Em um cenário educacional cada vez mais complexo e dinâmico, o papel do Supervisor Escolar emerge como elemento vital na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, equitativa e transformadora. Este Documento Orientador para 2025 reconhece e fortalece a atuação deste profissional como articulador essencial da rede de saberes que permeia o ambiente escolar.

No contexto atual, onde os desafios educacionais demandam respostas cada vez mais integradas e sistêmicas, a supervisão escolar transcende sua função tradicional para se estabelecer como uma ponte que conecta diferentes dimensões do processo educativo. Conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 7.132/1978[1], o Supervisor Escolar tem entre suas atribuições essenciais a participação no planejamento global da escola, a coordenação do planejamento de ensino e currículo, e a avaliação da produtividade das atividades pedagógicas. Esta articulação pedagógica posiciona a escola como protagonista fundamental do que denominamos "movimento pedagógico de rede" - uma concepção que entende a educação como um processo colaborativo, dinâmico e interconectado.

Este documento apresenta diretrizes, ferramentas e orientações que visam fortalecer a atuação do Supervisor Escolar em suas múltiplas dimensões: desde a gestão curricular e o acompanhamento das aprendizagens até a formação continuada e o desenvolvimento profissional docente. Abordamos temas cruciais como justiça climática, diversidade cultural e direitos humanos, estabelecendo um marco orientador para uma educação que responde às demandas contemporâneas enquanto preserva valores fundamentais de equidade e inclusão.

Nas páginas que seguem, educadores encontrarão um roteiro detalhado para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e efetivas, sempre com o foco central na aprendizagem dos estudantes. Porque acreditamos, fundamentalmente, que o direito à Educação se concretiza na aprendizagem, e é através da articulação competente e dedicada do Supervisor Escolar que podemos garantir que esse direito se transforme em realidade para cada estudante em nossas escolas.

[1] Alterada pela Lei n.º 15.991, de 31 de agosto de 2023.

1. SUPERVISOR ESCOLAR: PONTE, FAROL E ARTICULADOR DA REDE DE SABERES DA ESCOLA.

Considerando como premissa de que é função da Escola garantir que todos aprendam e se desenvolvam plenamente, a Supervisão Escolar desempenha um papel fundamental na construção de uma educação de qualidade para todos os estudantes. Para alcançar esse objetivo, os supervisores atuam como uma ponte que conecta os objetivos da gestão com os desafios de aprendizagem de cada estudante, e como um farol que ilumina o caminho dos professores, orientando e inspirando sua prática docente. Sua identidade profissional se constrói no dia a dia da escola, como articulador da rede de saberes da escola, por meio da interação com diversos atores e da busca por soluções para os desafios que surgem nesse contexto dinâmico.

O Supervisor Escolar tem como atribuição central promover uma educação de qualidade fundamentada nos princípios da equidade, das relações étnico-raciais, da questão ambiental e dos direitos humanos, assegurando que a escola seja um espaço inclusivo, democrático e comprometido com o pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Nesse sentido, sua atuação deve articular planejamento pedagógico com práticas que valorizem a diversidade cultural, promovam o combate às desigualdades e integrem a justiça climática como eixo transversal no currículo. Além disso, o supervisor deve sustentar altas expectativas de aprendizagem, incentivando uma cultura escolar que reconheça o potencial de cada estudante e ofereça oportunidades para superar barreiras educacionais. Por meio do acompanhamento sistemático das aprendizagens, da formação continuada dos professores e da articulação com a comunidade escolar, o supervisor contribui para consolidar práticas pedagógicas que fomentem justiça social, desenvolvimento sustentável e o fortalecimento de uma cidadania crítica e ativa.

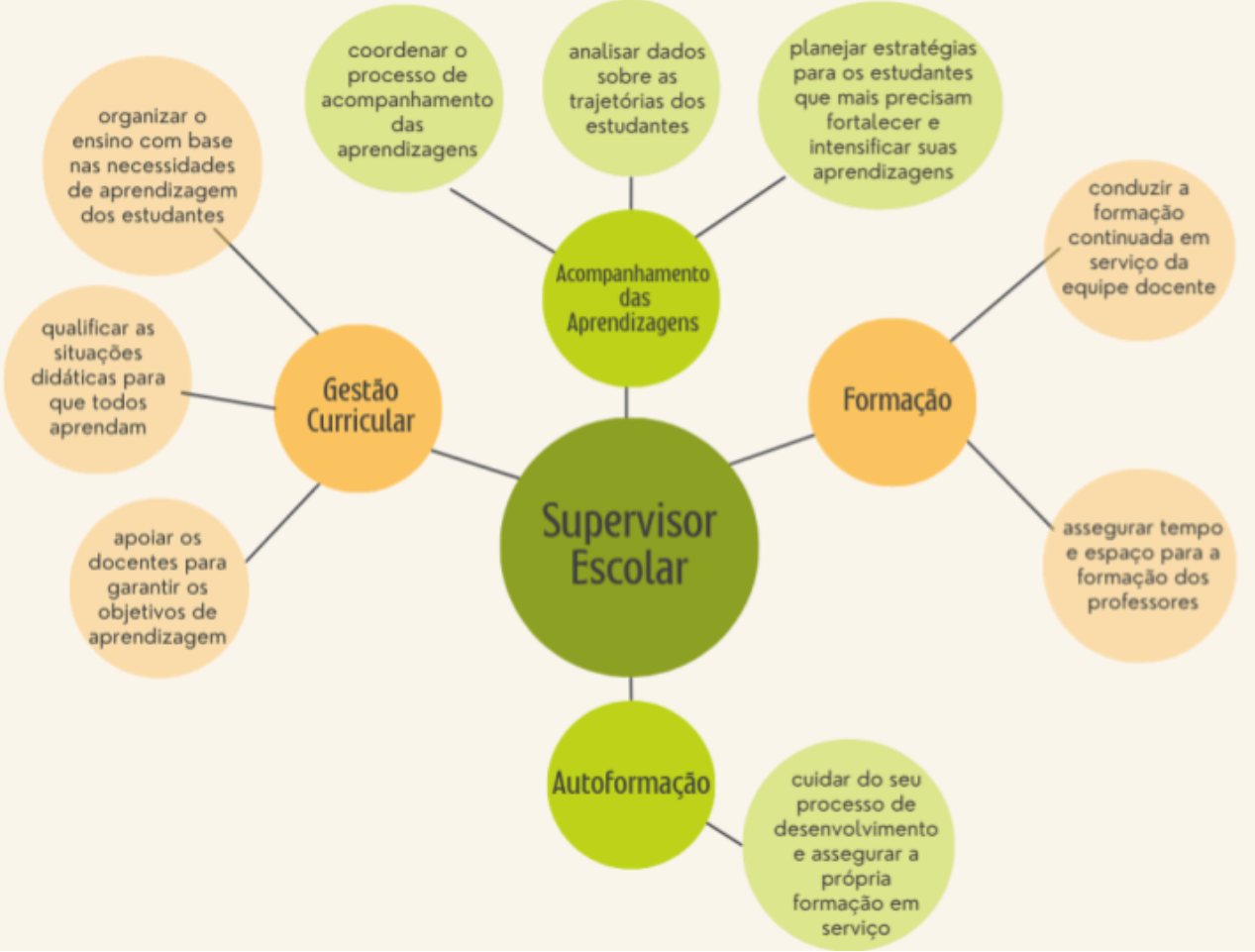
Dessa forma, o Supervisor Escolar deve atuar em articulação com a Direção Escolar, fazendo parte da equipe diretiva, na elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e na condução da gestão democrática entre todos e nas tomadas de decisão no cotidiano escolar para garantir a aprendizagem de todos os estudantes de forma inclusiva e equitativa, atuando em quatro categorias principais de ação:

- **Gestão Curricular:** o Supervisor é o guardião do currículo, responsável por garantir sua implementação efetiva na escola. Para isso, ele atua em parceria com a equipe docente, auxiliando na análise e compreensão do currículo, na elaboração de planejamentos e na organização de situações didáticas que promovam a aprendizagem dos estudantes.

- **Acompanhamento das Aprendizagens dos Estudantes**: o Supervisor deve acompanhar de perto as aprendizagens dos estudantes, analisando dados e buscando entender as dificuldades e os avanços de cada um. Essa análise, realizada em colaboração com os professores, deve servir de base para a elaboração de estratégias de intervenção e para o replanejamento das práticas pedagógicas.

‣ **Formação dos Professores em Serviço**: a formação continuada em serviço é uma das principais responsabilidades do Supervisor Escolar, que deve planejar e conduzir ações formativas que atendam às necessidades da equipe docente, promovendo a reflexão sobre a prática e o aprimoramento constante do trabalho pedagógico. É fundamental que essa formação esteja em sintonia com os objetivos de aprendizagem dos estudantes e com as exigências do currículo.

‣ **Estudo Pessoal e Autoformação**: o Supervisor precisa se manter atualizado e buscar o aprimoramento constante de sua prática. Isso implica dedicar tempo para estudo individual, participar de formações, realizar pesquisas e interagir com outros profissionais da área.



A finalidade primordial de todas as atividades escolares é assegurar o direito à aprendizagem para todos os estudantes. O Supervisor Escolar deve estar comprometido com a construção de uma escola que ofereça oportunidades de aprendizagem significativas e que promova o desenvolvimento integral de cada estudante. E, para isso, deve organizar sua rotina de trabalho de forma equilibrada e coerente, definindo prioridades e garantindo tempo para as ações estratégicas da gestão pedagógica. As quatro categorias de ação descritas acima, devem desencadear um conjunto de ações que compõem a rotina de trabalho do Supervisor Escolar, que descreveremos a seguir.

1.1. ROTINAS DO TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR

O Supervisor Escolar exerce um papel essencial na organização das atividades cotidianas da escola, promovendo iniciativas que asseguram a qualidade das práticas pedagógicas. Essa organização deve considerar a escola como um espaço inclusivo, que valoriza a diversidade e se adapta às necessidades de todos os estudantes. Além disso, o Supervisor acompanha a execução do planejamento pedagógico, ajustando-o às demandas emergentes, acompanha os indicadores educacionais e utiliza os dados como base para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Seu trabalho também envolve a oferta de materiais pedagógicos para o desenvolvimento profissional do professor, o monitoramento contínuo do desempenho dos estudantes e o incentivo à gestão participativa. Para que essa organização seja eficiente é necessário:

- garantir a aplicação de práticas que promovam a inclusão e a diversidade nas rotinas escolares;
- acompanhar a execução do planejamento pedagógico, assegurando a adaptação às necessidades emergentes;
- monitorar os indicadores educacionais, analisando os dados para melhoria do processo ensino e aprendizagem;
- selecionar e oferecer material para estudo e melhoria da competência dos professores;
- acompanhar o desempenho dos estudantes, apoiando o Orientador na identificação dos estudantes com baixo rendimento escolar e que apresentam baixa frequência;
- orientar e acompanhar o processo de gestão participativa na escola;

Esses princípios se desenvolvem em ações a serem incorporadas a rotina do Supervisor, que descreveremos a seguir.

SUPERVISOR, VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO(A)!

O trabalho articulado entre o Supervisor Escolar e o Orientador Escolar é essencial para assegurar o sucesso escolar dos estudantes gaúchos, pois une a gestão pedagógica e o acompanhamento individualizado em uma abordagem integrada. Enquanto o Supervisor Escolar coordena e alinha práticas pedagógicas ao projeto político-pedagógico da escola, o Orientador Escolar atua diretamente no suporte aos estudantes, busca ativa, acompanhamento a frequência diária e promovendo intervenções estratégicas.

Nas escolas que ofertam técnico integrado ao ensino médio e/ou curso normal, é importante promover a articulação curricular da formação geral básica com a parte técnica, e para esse diálogo tu contas com os coordenadores de curso técnico. E nas escolas de Ensino Médio em Tempo Integral tu contas com os professores coordenadores de área.

1.1.1. HORÁRIO ESCOLAR

O horário escolar é fundamental para o funcionamento e organização da escola, já que ele define os períodos e dias que cada professor lecionará para cada turma e ano/série, além de estabelecer a carga horária e a organização das turmas com relação aos Componentes Curriculares ao longo de cada semana. A elaboração do horário é uma

responsabilidade do Supervisor Escolar, que deve buscar a melhor organização do quadro de professores, considerando que esse planejamento influencia diretamente a rotina e o ambiente escolar.

Existem diversas alternativas tecnológicas e digitais que facilitam o processo de organização e planejamento de horários e, para isso, é preciso considerar alguns aspectos importantes, como:

- foco no que é mais adequado ao estudante e a sua aprendizagem;
- espaços físicos e equipamentos necessários a cada atividade ou componente curricular (laboratórios, recursos tecnológicos, bibliotecas e quadras de esporte, por exemplo);
- disponibilidade de horários para cada professor ministrar suas aulas;
- compartilhamento dos horários com todos os professores na reunião de equipe.

Destacamos, abaixo, algumas orientações referentes à organização e à estruturação do horário escolar que devem ser observadas em cada uma das etapas da Educação Básica.

ENSINO FUNDAMENTAL

A carga horária mínima anual para o Ensino Fundamental é de 833 (oitocentas e trinta e três) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos. A duração da hora-aula dos componentes que compõem a matriz curricular é de 50 (cinquenta) minutos, totalizando 4he10min diárias.

ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL

A carga horária mínima anual para o Ensino Fundamental em Tempo Integral (Anos Iniciais e Anos Finais) é de 1500 (mil e quinhentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, respeitada a jornada diária mínima de 7h30min (sete horas e trinta minutos). A jornada diária contará com 9 (nove) períodos de 50 (cinquenta) minutos.

Na organização do horário, devem ocorrer 04 (quatro) refeições diárias, sendo que o café da manhã pode ser servido antes do início das aulas, ou junto ao primeiro intervalo, desde que seja preservado o total calórico previsto para o período da manhã. O almoço tem duração de 60 (sessenta) minutos. Todas as refeições devem ser organizadas conforme o determinado pela Assessoria de Alimentação Escolar desta Secretaria. Também estão previstos 02 (dois) intervalos de 15 (quinze) minutos, totalizando 9 horas diárias.

A Escola tem autonomia de escolher o melhor horário para seu contexto específico dentro das cinco opções listadas a seguir:

1. 07h30min às 16h30min
2. 07h40min às 16h40min
3. 07h45min às 16h45min
4. 07h50min às 16h50min
5. 08 horas às 17 horas

ENSINO MÉDIO GAÚCHO DIURNO

Para atender à carga horária anual de 1.000 horas do Ensino Médio Gaúcho (inclusive nas modalidades Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e na Socioeducação), em todas as séries dessa etapa, adaptando-se às necessidades dos estudantes e seguindo as diretrizes estabelecidas, a distribuição dos horários ocorrerá em 6 períodos diários de 50 minutos, totalizando 5 horas diárias e 30 períodos semanais.

ENSINO MÉDIO GAÚCHO NOTURNO

Para atender a carga horária anual de 1.000 horas do Ensino Médio Noturno (inclusive nas modalidades Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e na Socioeducação), adaptando-se às necessidades dos estudantes e seguindo as diretrizes estabelecidas, a distribuição dos horários ocorrerá em seis períodos diários de 50 minutos e 30 períodos semanais, sendo 30% dessa carga horária (equivalente a 9 períodos semanais), disponibilizada de forma híbrida, as atividades serão conduzidas com entregas semanais, podendo ou não envolver o uso de tecnologias digitais. O professor, conforme seu regime de trabalho, deverá cumprir presencialmente a carga horária destinada a essas atividades híbridas. Nesse período, o professor estará disponível no horário estabelecido para esclarecer dúvidas e promover o aprofundamento das aprendizagens dos estudantes.

ENSINO MÉDIO GAÚCHO EM TEMPO INTEGRAL

As Escolas de Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral possuem uma carga horária anual de 1500 horas, divididas em 45 períodos semanais, distribuídos em 9 horas diárias de atividades escolares, incluindo intervalos.

Na organização do horário, estão previstas 04 (quatro) refeições diárias, sendo que o café da manhã se encontra fora da carga horária prevista. Ele pode ser servido antes do início das aulas, ou junto ao primeiro intervalo, desde que seja preservado o total calórico previsto para o período da manhã, conforme o determinado pela Assessoria de Alimentação Escolar desta Secretaria de Educação. Também estão previstos outros 02 (dois) intervalos de 15 (quinze) minutos, e para o almoço, o intervalo será maior, com 60 (sessenta) minutos de duração.

A Escola tem autonomia de escolher o melhor horário para seu contexto específico dentro das cinco opções listadas a seguir:

1. 07h30minàs 16h30min
2. 07h40min às 16h40min
3. 07h45min às 16h45min
4. 07h50min às 16h50min
5. 08 horas às 17 horas

Para mais informações, como exemplos mais detalhados de como ficariam os quadros com cada horário, consulte o **Documento Orientador do EMGTI**.

1.1.2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOCENTE

O trabalho coletivo é essencial no planejamento das ações diárias que promovam as aprendizagens dos estudantes, além de ser indispensável na elaboração de estratégias para a recomposição das aprendizagens de forma democrática e na tomada de decisões conjuntas que contribuam para o aprimoramento contínuo do processo de escolarização. Nesse contexto, cabe ao Supervisor Escolar organizar uma rotina de reuniões pedagógicas com a equipe docente, garantindo uma avaliação integral dos estudantes. A organização dessas rotinas de planejamento é indispensável e pode ser viabilizada por meio de ferramentas como reuniões pedagógicas, hora-atividade docente, formação continuada e Conselho de Classe.

Reuniões pedagógicas e hora-atividade docente

A organização de uma rotina consistente de reuniões pedagógicas é uma atribuição fundamental do Supervisor Escolar, especialmente em uma escola de educação básica. Como principal responsável pela articulação das aprendizagens, o Supervisor deve promover a formação continuada dos professores e assegurar o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. As reuniões pedagógicas, cuidadosamente planejadas e orientadas, configuram-se como espaços privilegiados para a implementação do plano de formação da equipe. Nelas, o Supervisor lidera processos que incentivam estudos, reflexões, discussões e planejamento da ação educativa, fortalecendo a qualidade e a integração do trabalho pedagógico na escola.

O Supervisor, ao organizar uma rotina de reuniões, deixa de ser um mero fiscal ou gerente de atividades burocráticas e assume o papel de corresponsável pela qualidade da aprendizagem dos estudantes. Por meio do acompanhamento próximo ao trabalho docente e da escuta atenta às demandas da equipe, o Supervisor tem condições de elaborar pautas direcionadas às necessidades formativas dos professores, fomentar discussões sobre os desafios enfrentados em sala de aula e, de maneira conjunta, planejar intervenções e ações que promovam o desenvolvimento dos estudantes.

A atuação do supervisor como mediador e articulador do trabalho colaborativo entre os professores transforma as reuniões pedagógicas em um espaço indispensável para a construção de um projeto educativo coeso. Os professores passam a compartilhar a responsabilidade pela aprendizagem dos estudantes, fortalecendo o senso de equipe e colaborando mutuamente para alcançar objetivos comuns, alinhados à missão educativa da escola.

Aliada às reuniões pedagógicas, a organização da hora-atividade dos professores constitui uma estratégia essencial que deve ser cuidadosamente articulada pelo Supervisor Escolar. É de responsabilidade do Supervisor garantir que esse tempo, destinado exclusivamente ao planejamento das aulas e à avaliação do desempenho dos estudantes, seja efetivamente utilizado como um recurso para potencializar e assegurar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Durante a hora-atividade, é essencial

que os professores possam organizar suas estratégias pedagógicas, garantindo que as aulas sejam bem estruturadas, dinâmicas e alinhadas aos objetivos educacionais e que as metodologias empregadas promovam o engajamento e a aprendizagem de todos os estudantes.

O Supervisor, ao acompanhar e orientar o uso da hora-atividade, fomenta a reflexão dos professores sobre as avaliações, possibilitando uma análise criteriosa do progresso e entraves no desenvolvimento das habilidades dos estudantes. Esse momento de reflexão é fundamental para identificar necessidades específicas e direcionar intervenções pedagógicas que personalizem o ensino, promovam o desenvolvimento integral dos estudantes e garantam melhores resultados acadêmicos.

Além de impactar positivamente a qualidade do trabalho docente, a organização da hora-atividade também contribui para o bem-estar dos professores. Ao evitar que planejamento e avaliações sejam realizados de forma apressada ou fora do horário de trabalho, o Supervisor promove condições que favorecem o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Dessa forma, os professores podem desempenhar suas funções com maior tranquilidade e eficácia, refletindo diretamente na qualidade da educação oferecida pela escola

Garantir esse momento na rotina de trabalho valoriza a atuação docente e reflete o compromisso da Escola com uma educação planejada, responsável e voltada ao desenvolvimento integral dos estudantes. É, portanto, um investimento indispensável para a construção de um ensino de qualidade, e cabe ao Supervisor organizar os horários de aula e as escalas de reuniões para possibilitar que a hora-atividade dos professores seja respeitada.

Na Rede estadual as reuniões e o planejamento têm espaço garantido no regime de trabalho dos docentes, conforme estabelece o decreto 52.921/2016[2], e cabe ao Supervisor observar esse regramento na composição dos horários de aula e no cronograma de reuniões.

A hora-atividade para professor regente de classe dos Anos Finais e Ensino Médio, com regime de trabalho (RT) de 20h, é composta por 240 minutos (semanais), e, destas, 140 minutos (semanais) devem ser dedicados ao planejamento e avaliação do trabalho com os estudantes. Dessa forma é importante que o supervisor organize no início do ano letivo um calendário de planejamento docente e reuniões pedagógicas em consonância com os horários de aulas das turmas.

O calendário de planejamento deve reunir os professores regentes das turmas por segmento ou por área de conhecimento, trouxemos um exemplo que permite a reunião de professores por área de conhecimento, algo que potencializa o trabalho coletivo e as possibilidades de interdisciplinaridade.

[2] Conforme o artigo 3º, inciso II, alínea “a” do decreto 52.921/2016 e as orientações dispostas no ofício DGP/SUPLAN/SEDUC nº 53/2024.

Exemplo de organização de horários para o Ensino Fundamental - Anos Finais

Períodos	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
1	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
2	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
3	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
4	LGG	CHS	Supervisão	CNT	MAT
5					

Nessa situação o Supervisor organiza os horários de aula para que os professores da área de Linguagens não tenham aulas a serem ministradas em nenhuma das turmas da Escola nos dois últimos períodos de segunda-feira e dessa forma possam realizar uma reunião de área e/ou a revisão dos planejamentos de aulas da semana nesse horário. Essas reuniões contam sempre com a mediação do supervisor, que nesses momentos fornece devolutivas específicas para cada grupo de professores. Dessa forma ainda seria possível dispor de mais 40 minutos de cada professor semanalmente para uma reunião, a ser organizada conforme a especificidade de cada escola.

A quarta-feira seria dedicada ao planejamento do Supervisor, momento em que ele pode realizar seus registros e preparar as devolutivas para os professores, esse dia também fica disponível para que os supervisores se reúnam com os demais membros da equipe diretiva e discutam as ações da semana.

Este é um exemplo que serve como inspiração para que tu desenvolvas a tua rotina e organização, pois cada Escola exigirá uma composição distinta. O fator em comum é a necessidade de composição de um calendário de planejamento docente e reuniões pedagógicas em consonância com os horários de aulas das turmas.

Com relação aos Anos Iniciais temos uma diferença de carga-horária dedicada a hora-atividade a ser considerada, nesse caso os professores de referência em regência de classe, com percepção do adicional de docência exclusiva (ADE), têm 120 min/semanais para RT de 20 horas[3], mas a lógica de planejamento é a mesma.

Para cada uma das Escolas, uma rotina pode ser proposta. No entanto, é preciso que o Supervisor esteja ciente da importância de organizar esses horários desde o início do ano letivo para garantir o melhor planejamento de aulas, e também organizar a sua própria rotina de trabalho com espaço realizar seus registros e preparar as devolutivas para os professores, reunir-se com os demais membros da equipe diretiva e realizar as Sessões de Mentoria.

[3] Conforme o Art. 70 D da Lei nº 6672/74 alterada pela Lei nº 15.451/2020 e as orientações dispostas no ofício DGP/SUPLAN/SEDUC nº 53/2024.

SUPERVISOR E MENTORIA

O Mentor Pedagógico está ao teu lado para te apoiar na condução da gestão pedagógica da escola. Ele atua como um parceiro estratégico, ajudando a analisar dados educacionais, planejar ações pedagógicas e organizar estratégias que impactem diretamente na melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Nas sessões de mentoria, o Mentor oferece um espaço de escuta ativa, reflexão e troca de experiências, auxiliando-te a enfrentar os desafios do dia a dia escolar. Juntos, vocês poderão construir soluções práticas e efetivas, alinhadas às diretrizes da Secretaria Estadual de Educação, sempre com foco na qualidade e equidade do ensino.

O Mentor também contribui para o teu desenvolvimento profissional, ajudando a fortalecer a liderança pedagógica e a qualificar o acompanhamento dos professores e das práticas pedagógicas na escola. Com a parceria do Mentor, tu terás o suporte necessário para garantir que o trabalho pedagógico seja organizado, intencional e que promova resultados significativos para toda a comunidade escolar.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

É essencial que o Supervisor Escolar incentive, acompanhe e promova as condições para que os professores participem das formações continuadas. Esse papel é fundamental porque o desenvolvimento profissional dos docentes é uma condição indispensável para a melhoria da qualidade do ensino e para a atualização das práticas pedagógicas frente às constantes mudanças educacionais e sociais.

A formação continuada favorece o processo de construção do conhecimento pelos professores, estimulando-os a refletir sobre suas práticas pedagógicas, questionar suas metodologias e desenvolver competências necessárias para lidar com a diversidade de aprendizagens e desafios do cotidiano escolar. Ao promover essas reflexões críticas, a formação contribui para a transformação contínua do saber e para o desenvolvimento de uma atuação mais consciente e adaptada às necessidades dos estudantes, o que, por sua vez, aprimora o processo de ensino e aprendizagem de forma dinâmica e colaborativa.

O Supervisor Escolar deve atuar como um articulador identificando as necessidades formativas da equipe docente e planejando ações formativas entre pares, otimizando momento de hora-atividade. Assim como a hora-atividade, a formação continuada têm espaço garantido no regime de trabalho dos docentes, conforme estabelece o decreto 52.921/2016[4], e cabe ao Supervisor observar esse regramento na composição dos horários de aula e no cronograma de reuniões.

Considerando um regime de trabalho de 20h, cada professor tem 100 minutos (semanais) para formação continuada, podendo ser autoinstrucional (na área de atuação) - no portal ou site da SEDUC, ou em ambiente virtual de aprendizado, demandados pela SEDUC.

[4] Conforme o artigo 3º, inciso II, alínea “a” do decreto 52.921/2016 e as orientações dispostas no ofício DGP/SUPLAN/SEDUC nº 53/2024.

Para 2025, a SEDUC publicará cronograma de formações continuadas denominado Formações de Base (FB) que serão disponibilizadas para todos os professores para contemplar os 100 minutos semanais de formação.

A SEDUC também promove as Formações de Aperfeiçoamento, organizadas em Trilhas Formativas disponibilizadas no Portal Educação. Realizadas fora da hora-atividade, essas formações são de livre escolha dos docentes e pretendem contribuir para o aprimoramento de suas habilidades específicas. Recomenda-se que os professores considerem suas áreas de interesse e necessidades profissionais ao selecionar os cursos, fortalecendo, assim, sua prática pedagógica e promovendo impactos positivos nos resultados educacionais.

Ressaltamos que a carga-horária de 160 minutos (semanais) descrita na alínea “b” do artigo 3º do decreto nº 52.921/2016 segue sendo utilizada a critério do profissional do magistério em regência de classe, com vistas, a sua formação.

Dessa forma, é essencial o incentivo e o apoio ao professor. O Supervisor deve valorizar as iniciativas de formação, reconhecendo a importância do aperfeiçoamento contínuo e encorajando os docentes a se engajarem nessas oportunidades. Isso deve incluir a divulgação do cronograma das Formações de Base, cursos e materiais de estudo, bem como a criação de um ambiente de trabalho que favoreça a troca de experiências entre os profissionais.

Ao assumir esse papel, o Supervisor contribui não apenas para o desenvolvimento individual dos professores, mas também para a construção de uma cultura escolar colaborativa e orientada à excelência educacional. Assim, ele cumpre sua função como mediador e agente transformador, fortalecendo a escola como um espaço de aprendizagem para todos.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é uma instância colegiada essencial na organização escolar, responsável por conduzir a avaliação, reflexão, debate e tomada de decisões acerca da prática educativa. Baseando-se nas percepções de diversos setores da comunidade escolar, seu objetivo principal é realizar uma análise abrangente do desenvolvimento integral dos estudantes, considerando tanto as dimensões cognitivas quanto os aspectos socioemocionais. Este espaço democrático e participativo busca garantir a equidade nas aprendizagens e assegurar o direito de todos os estudantes a aprender e progredir.

No Conselho de Classe, professores, equipe diretiva, estudantes e responsáveis ampliam seu olhar sobre o processo de ensino e aprendizagem. É uma oportunidade para avaliar os resultados educacionais e, ao mesmo tempo, propor estratégias para atender às necessidades individuais dos estudantes. A análise não se limita ao desempenho daqueles que já consolidaram as habilidades essenciais, mas também se volta para identificar caminhos de apoio e intervenção para os estudantes que ainda enfrentam dificuldades, promovendo um replanejamento das ações pedagógicas.

A organização deste colegiado democrático é respaldada pela LDB, que destaca a necessidade de uma gestão escolar participativa e plural. Essa perspectiva é reforçada por pareceres e diretrizes estaduais, que incluem representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar, como pais, responsáveis, estudantes, professores e gestores, assegurando que as decisões tomadas reflitam um amplo consenso e contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes.

O Supervisor Escolar tem um papel central na organização do Conselho de Classe. Cabe a ele planejar e estruturar os encontros, definir a pauta de discussão, promover a participação ativa de todos os envolvidos e mediar os debates para garantir que o foco esteja na busca por soluções coletivas e estratégias eficazes. Além disso, o Supervisor é responsável por analisar os dados educacionais previamente, identificar demandas específicas e propor intervenções alinhadas ao contexto escolar. Seu trabalho como articulador é fundamental para que o Conselho de Classe cumpra sua função de ser um espaço deliberativo que contribui para a melhoria contínua do processo de escolarização.

Ao ser estruturado nessa perspectiva, o Conselho de Classe não apenas avalia o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também promove uma visão ampla e colaborativa da educação, reafirmando o compromisso da escola com a formação integral de seus estudantes. Para isso, ao Supervisor cabe algumas responsabilidades e ações essenciais:

- **Definir, em conjunto com a equipe docente, a concepção de avaliação que norteará os Conselhos de Classe**, deixando nítido o objetivo formativo e a importância do acompanhamento das aprendizagens ao longo do processo, e não apenas em momentos pontuais.
- **Planejar e organizar os Conselhos de Classe, elaborando pautas e roteiros que orientem as discussões, garantam a participação de todos os professores e promovam uma análise criteriosa das aprendizagens dos estudantes, com base em dados concretos e instrumentos de acompanhamento adequados**, como relatórios, planos de aula, produções dos estudantes, entre outros.
- **Orientar os professores na análise dos dados e na elaboração de planos de intervenção individualizados para os estudantes que necessitam de apoio**, garantindo que as decisões tomadas no Conselho de Classe se concretizem em ações pedagógicas efetivas em sala de aula.
- **Atuar como mediador nos Conselhos de Classe, conduzindo as discussões de forma democrática, respeitosa e ética, incentivando a participação de todos e buscando o consenso em relação às decisões a serem tomadas**. É importante garantir que o Conselho seja um espaço de escuta e de troca de experiências entre os professores, em que se sintam à vontade para expressar suas opiniões e compartilhar suas dúvidas.
- **Zelar pela organização e documentação dos Conselhos de Classe, sistematizando as informações e os encaminhamentos para servirem de base para o acompanhamento das aprendizagens dos estudantes e para a revisão e o replanejamento das práticas pedagógicas.**

‣ **Articular a comunicação com os familiares, informando-os sobre o desempenho dos estudantes e as decisões tomadas nos Conselhos de Classe, de forma nítida, objetiva e respeitosa.** Essa comunicação deve ser vista como uma oportunidade para fortalecer a parceria entre a escola e a família, corresponsabilizando-as pelo processo de aprendizagem dos estudantes.

Ao desempenhar suas responsabilidades, o Supervisor Escolar facilita a construção coletiva do conhecimento nos Conselhos de Classe, transformando-os em momentos de reflexão e aprendizagem para toda a comunidade escolar (gestores, professores, estudantes e familiares). Nesse processo, busca-se garantir que a avaliação seja compreendida e utilizada como um instrumento para promover o desenvolvimento integral dos estudantes, favorecendo a participação ativa e o crescimento conjunto de todos os envolvidos.

Durante o ano letivo de 2025, as escolas têm o compromisso de realizar pelo menos três Conselhos de Classe. Para isso, devem seguir um processo composto por quatro etapas preparatórias: Pré-Conselho, Parada Pedagógica, Conselho de Classe Participativo e Estudos de Aprendizagem Contínua. Essas etapas antecedem a realização do Conselho de Classe Trimestral, e estão representadas na figura a seguir:

O Pré-Conselho e o Conselho de Classe Trimestral devem acontecer nas horas dedicadas o planejamento e avaliação do trabalho com os estudantes, e as demais etapas (Parada Pedagógica, Conselho participativo e Estudos de Aprendizagem Contínua) acontecem em datas pré-estabelecidos no calendário letivo da rede estadual. É importante que o movimento do Conselho de Classe esteja planejado logo no início do ano letivo em concordância com os horários de aulas, reuniões pedagógicas e hora-atividade docente.

Retomando o exemplo de organização de horários que usamos anteriormente, em que o Supervisor organizou os horários de aula de forma a reunir os professores por área de conhecimento, tanto esse momento quanto a carga horária disponível reuniões pedagógicas devem ser utilizadas para as discussões das etapas do Conselho de Classe.

Reforçamos que para cada uma das Escolas uma rotina deve ser proposta, cada realidade incidirá numa necessidade distinta. O principal é garantir organização para que o trabalho coletivo seja viabilizado. Por isso, a atuação do Supervisor Escolar na condução dos Conselhos de Classe é de extrema importância para garantir que essa estratégia seja um momento de reflexão, análise e tomada de decisões eficazes que contribuam para a aprendizagem dos estudantes. Sua função primordial é a de articulador do processo, assegurando que o Conselho de Classe cumpra seu papel de instância avaliativa formativa e contínua.

Ao conduzir as rotinas que fortalecem o planejamento do professor, o Supervisor Escolar cria um espaço para mediação do processo de acompanhamento das aprendizagens. Ele coleta e analisa informações sobre as trajetórias dos estudantes, promovendo uma reflexão conjunta entre professores, estudantes e a própria escola. Com base nessa análise, oferece devolutivas que não apenas informam sobre o progresso dos estudantes, mas também orientam os professores a desenvolverem estratégias pedagógicas que, por meio de interações significativas e apoio contextualizado, favoreçam o fortalecimento das aprendizagens daqueles que mais necessitam de apoio. Nesse processo, a aprendizagem é vista como algo que se constrói, mediado pela linguagem e pelas práticas pedagógicas compartilhadas.

Todas as etapas do Conselho de Classe deverão ser registradas pelo Supervisor Escolar no Relatório de Conselho de Classe, que servirá como uma ferramenta para acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes em cada trimestre ou semestre. Nesse processo, o Supervisor facilita a construção de um entendimento coletivo sobre o progresso dos estudantes, promovendo a troca de reflexões entre a equipe pedagógica e a equipe diretiva. A partir dessas interações, será possível identificar estratégias para a recuperação e recomposição das aprendizagens, planejando ações que envolvam a colaboração entre todos os agentes da comunidade escolar, garantindo que as necessidades de aprendizagem dos estudantes sejam atendidas de forma contextualizada e mediada pelas práticas pedagógicas.

O preenchimento do Relatório de Conselho de Classe é uma etapa fundamental para o sucesso do processo de avaliação e planejamento escolar. Esse documento atua como um registro oficial que reúne informações relevantes sobre o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes, além de subsidiar decisões pedagógicas e organizacionais.

O preenchimento deste relatório é de responsabilidade do Supervisor Escolar, devido ao seu papel estratégico no acompanhamento dos docentes e à sua visão abrangente sobre o desenvolvimento integral do estudante. Em sua atuação, o Supervisor é capaz de sistematizar dados essenciais para a análise e a definição de intervenções pedagógicas e por meio do relatório, é possível acompanhar o aproveitamento dos estudantes, identificar dificuldades de aprendizagem, propor estratégias de melhoria e avaliar o impacto das ações implementadas.

O Relatório de Conselho de Classe está disponível na plataforma Google Classroom e os principais pontos que devem ser registrados incluem:

- Diagnóstico do desempenho dos estudantes: resultados obtidos nas avaliações formativas e diagnósticas, identificando habilidades essenciais consolidadas ou em defasagem.
- Frequência e engajamento: dados sobre a presença dos estudantes e sua participação em atividades escolares, sejam elas presenciais ou remotas.
- Aspectos socioemocionais: informações sobre o desenvolvimento emocional e comportamental dos estudantes, indicando necessidades de apoio específico.
- Intervenções pedagógicas realizadas: registro das estratégias implementadas para superar dificuldades e promover a aprendizagem.
- Participação familiar: anotações sobre a presença e a contribuição dos pais e responsáveis nos conselhos de classe participativos, bem como nos momentos de devolutivas.
- Encaminhamentos e planos futuros: propostas de ações e intervenções para o próximo trimestre, com base nas análises realizadas.

Ao garantir o preenchimento criterioso do relatório, os supervisores promovem uma visão integrada e detalhada das necessidades e potencialidades de cada estudante. Isso fortalece o processo de tomada de decisões coletivas e contribui para a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem, responsabilizando toda a comunidade escolar com o processo de desenvolvimento integral dos estudantes.

PROGRAMAS PEDAGÓGICOS NA ESCOLA

Como Supervisor Escolar, é teu papel organizar e gerenciar os programas estratégicos implementados pela Secretaria, garantindo que eles se integrem ao dia a dia da escola para potencializar a aprendizagem dos estudantes. Esses programas, como o AlfabetizaTchê, o Circuito 360, o Programa de Educação Antirracista, entre outros, foram concebidos para promover equidade, qualidade educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Tu deves acompanhar de perto as ações previstas, mobilizar a equipe escolar e assegurar que os objetivos de cada programa sejam alcançados, sempre respeitando as especificidades da tua comunidade escolar.

Além disso, cabe a ti monitorar os indicadores educacionais, fomentar formações alinhadas aos programas e atuar de forma proativa para que esses projetos contribuam para uma educação inclusiva e equitativa. O sucesso dos programas na tua escola depende da tua liderança e do teu compromisso em transformar desafios em oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos.

1.2. GESTÃO DAS APRENDIZAGENS: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

A gestão curricular é um pilar fundamental para o funcionamento eficaz da escola e a garantia de uma educação de qualidade. Nesse processo, o Supervisor desempenha um papel essencial ao conectar os objetivos institucionais às práticas pedagógicas, promovendo um ambiente de aprendizado significativo e inclusivo.

Uma das principais responsabilidades do Supervisor é articular-se com a direção escolar para alinhar as metas pedagógicas às diretrizes institucionais e às necessidades da comunidade. Essa parceria é construída por meio de reuniões regulares e de um trabalho conjunto que orienta a implementação do currículo. Além disso, o Supervisor participa de momentos de estudo com a equipe técnica da Secretaria de Educação, através da Mentoria Pedagógica e com a direção escolar, analisando as diretrizes curriculares para traduzi-las em práticas pedagógicas que respondam às demandas específicas da escola e trabalhando para organizar recursos, tempos e espaços, buscando otimizar sua utilização e assegurar a implementação fluida do currículo.

O apoio aos docentes constitui outra função crucial desse profissional, que auxilia os professores no planejamento e na implementação de aulas, garantindo que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados de forma eficaz. Neste contexto é importante destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Gaúcho (RCG) delineiam as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, a fim de garantir seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. O desenvolvimento de habilidades e competências é a principal estratégia pedagógica a ser adotada para esse fim.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas do cotidiano, exercer plenamente a cidadania e atuar no mundo do trabalho. As habilidades que constituem os objetivos gerais de aprendizagem precisam ser desdobrados em objetivos específicos de aprendizagem para cada aula, de modo que tanto as competências gerais quanto as específicas sejam alcançadas[5]. Dessa forma, o planejamento pedagógico da Escola deve ser orientado pelo desenvolvimento das habilidades previstas nos documentos curriculares tanto nacionais como estaduais.

Neste sentido, a Justiça Curricular surge como um princípio central para garantir que as competências e habilidades estabelecidas na BNCC sejam alcançadas por todos os estudantes, respeitando suas especificidades. Isso implica a adaptação dos processos de ensino e aprendizagem, de modo a assegurar que todos tenham igual acesso ao conhecimento, considerando as diferentes realidades socioeconômicas, culturais e individuais dos estudantes. Para tanto, é necessário que o planejamento pedagógico não

[5] BNCC, 2018. p. 15-16.

apenas se baseie nos documentos curriculares, mas que também leve em conta as condições e necessidades de cada estudante, promovendo uma educação que seja, simultaneamente, justa e inclusiva, e capaz de garantir a equidade. Dessa forma, a Justiça Curricular não se restringe à adequação de conteúdos, mas envolve a criação de um ambiente de aprendizagem que favoreça a participação ativa de todos os estudantes, possibilitando o desenvolvimento pleno das competências e habilidades necessárias para o exercício da cidadania e para a inserção no mundo do trabalho.

Para o ano letivo de 2025 a Rede Estadual continuará contando com uma Matriz de Referência, um documento orientador que delineia as habilidades essenciais a serem desenvolvidas em cada ano e etapa ao longo do ano letivo. Esse instrumento reflete uma compreensão do processo de ensino e aprendizagem, no qual a aprendizagem se dá a partir de uma interação social mediada por um contexto cultural e histórico. Nesse sentido, o mecanismo de flexibilização curricular se mantém como uma estratégia indispensável, não apenas para a priorização das habilidades essenciais, mas também como uma resposta às adversidades enfrentadas recentemente no Rio Grande do Sul. A flexibilização busca atenuar impactos educacionais decorrentes dos períodos de calamidade, assegurando o desenvolvimento integral dos estudantes, a partir de suas zonas de desenvolvimento proximal.

Este documento não apenas aponta as habilidades prioritárias para o planejamento das aulas em todos os componentes e anos/séries, mas também enfatiza a necessidade de um processo de aprendizagem equitativa e inclusiva. Neste cenário, é função do Supervisor orientar a equipe docente na implementação dessas diretrizes, promovendo práticas pedagógicas que atendam às diversidades de cada estudante e criem um ambiente de aprendizagem colaborativo. A flexibilização curricular, então, se torna um meio de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições de partida, possam acessar as habilidades essenciais de forma significativa, respeitando suas diferenças e potencialidades.

O planejamento das atividades para o ano letivo, dos trimestres às aulas individuais, deve ser visto como parte de um processo contínuo de adaptação e mediação. Embora o trabalho docente implique o planejamento detalhado e estratégico, é importante que no ano letivo de 2025, especialmente após os desafios herdados pela pandemia e pela calamidade enfrentada no Estado, o foco seja dado ao suporte necessário para que os estudantes possam alcançar as competências e habilidades previstas. Para isso, os Supervisores devem não apenas divulgar a Matriz de Referência de 2025, mas também se apropriar plenamente desse documento, garantindo que as habilidades essenciais sejam desenvolvidas por todos os professores da Escola.

A Matriz de Referência da Rede Estadual de 2025 foi elaborada com base em princípios como a **interdisciplinaridade**, a **transversalidade** e a **equidade**, e em premissas que destacam a **Educação Climática** e a **Justiça Ambiental** como eixos estruturantes do currículo. Essas abordagens não apenas promovem o entendimento crítico das interconexões entre fenômenos sociais, culturais e ambientais, mas também

potencializam o desenvolvimento das competências socioemocionais, como empatia, pensamento crítico e responsabilidade coletiva. Ao integrar esses temas de forma transversal, a escola se torna um espaço privilegiado para formar cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios contemporâneos, articulando o aprendizado acadêmico com ações concretas em prol da sustentabilidade e da justiça social. Essa perspectiva é o alicerce para iniciativas como os projetos interdisciplinares descritos a seguir, que exploram a riqueza das conexões entre diferentes áreas do conhecimento e ampliam as oportunidades de aprendizagem significativa para todos os estudantes.

Dessa forma, a seleção de estratégias pedagógicas deve ser parte integrante para compor o planejamento de aulas dos professores, sendo fundamental para um processo de ensino e aprendizagem eficaz. Esse planejamento dá continuidade ao trabalho iniciado pela Matriz de Referência, que estabelece os objetivos curriculares, objetos de conhecimento e habilidades a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo, e detalha como esses elementos serão abordados na prática pedagógica. Para que o planejamento seja eficaz, alguns passos são essenciais:

1. **Conhecimento da Matriz de Referência**: o ponto de partida é o profundo entendimento do planejamento curricular, que define os objetivos, objetos de conhecimento e habilidades a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo. O planejamento de aulas detalha como esses elementos serão trabalhados em sala de aula.
2. **Definição de Objetivos de Aprendizagem**: traduzir os objetivos gerais do currículo em objetivos específicos para cada aula ou sequência de aulas. Esses objetivos devem ser claros, mensuráveis e alcançáveis, guiando a escolha de estratégias e atividades.
3. **Seleção de Metodologias e Estratégias**: escolher metodologias de ensino e estratégias pedagógicas adequadas aos objetivos de aprendizagem, à faixa etária dos estudantes e às características da turma. As experiências de aprendizagem devem considerar a diversificação de métodos, como aulas expositivas, trabalhos em grupo, projetos, jogos e uso de tecnologias, para atender às diferentes necessidades de aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.
4. **Organização do Tempo e dos Recursos**: planejar a estrutura das aulas, definindo o tempo dedicado a cada experiência de aprendizagem, e organizar os recursos didáticos necessários, como livros, materiais impressos, audiovisuais e plataformas online.
5. **Previsão de Instrumentos de Avaliação**: definir como coletar evidências do aprendizado dos estudantes, utilizando instrumentos variados e adequados aos objetivos de aprendizagem. Incluir avaliações formativas, para acompanhar o progresso durante o processo, e avaliações somativas, para verificar o aprendizado ao final de uma etapa.
6. **Adaptação e Flexibilidade**: o planejamento de aulas deve ser flexível e permitir adaptações ao longo do processo, considerando o ritmo de aprendizado dos estudantes, as dificuldades encontradas e as necessidades que surgirem.
7. **Reflexão**: após cada aula ou sequência de aulas, realizar uma autoavaliação, refletindo sobre a eficácia das estratégias e atividades utilizadas. Buscar devolutivas dos estudantes para identificar pontos a serem melhorados.

Ao seguir esses passos, o professor garante um planejamento de aulas eficaz e promova um aprendizado mais significativo e engajador para os estudantes. É importante destacar que o planejamento é um processo contínuo, que exige constante aperfeiçoamento e adaptação às necessidades da turma.

O planejamento de aulas deve ser realizado antes do início do ano letivo e atualizado, no mínimo, antes do início de cada trimestre. Esse planejamento deve ser focado especialmente, em como cada habilidade será apresentada aos estudantes, considerando metodologias ativas, experiências de aprendizagem e outros aspectos essenciais para garantir que os objetivos do currículo sejam atingidos de forma eficaz e inclusiva.

IMPORTANTE:

A gestão das aprendizagens deve abranger todas as modalidades de ensino ofertadas na escola, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial, garantindo o direito à educação de forma inclusiva e equitativa. É essencial que o Supervisor Escolar coordene ações que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso de todos/as os estudantes, respeitando as especificidades de cada público e promovendo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade. Essa abordagem integral reforça o compromisso com a qualidade da educação e o desenvolvimento pleno de cada estudante, contribuindo para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e acessível a todas e todos.

1.2.1. PROJETOS INTERDISCIPLINARES: TEMAS INTEGRADORES E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Para o ano de 2025, a Secretaria propõe a continuidade e ampliação de Programas e Projetos com o propósito de assegurar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes. Dessa forma, é essencial que todas as Escolas incluam os programas e projetos estratégicos da SEDUC em seus Planos de Ação, alinhando suas práticas às diretrizes estabelecidas.

O Supervisor Escolar desempenha um papel central na articulação e no incentivo ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares que contemplem a Educação Ambiental, a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Educação em Direitos Humanos, alinhados às premissas e princípios da Matriz de Referência da Rede Estadual. Para isso, é essencial que o Supervisor realize um diagnóstico inicial junto à equipe docente, identificando potenciais conexões entre diferentes componentes curriculares que permitam a integração desses temas prioritários.

A partir da Matriz de Referência e do planejamento dos professores para cada turma/ano, deve-se promover reuniões pedagógicas para mapear interesses e competências dos estudantes que possam ser desenvolvidas por meio de projetos interdisciplinares. É importante organizar momentos formativos sobre metodologia de projetos e abordagem

interdisciplinar, auxiliando os professores na definição de objetivos claros e mensuráveis, estabelecer um cronograma de acompanhamento das etapas do projeto e orientar sobre instrumentos de registro e documentação das atividades desenvolvidas.

É fundamental que o Supervisor incentive o uso de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos (ABP), que promovam o engajamento dos estudantes em processos investigativos e colaborativos, conectados às habilidades previstas na Matriz de Referência e alinhados aos princípios de interdisciplinaridade e transversalidade, garantindo uma abordagem integrada e significativa para os estudantes.

Durante a execução dos projetos, o Supervisor deve acompanhar de perto o processo, promovendo ajustes necessários e fomentando a participação ativa dos estudantes, professores e da comunidade escolar. É importante valorizar a diversidade cultural e os saberes locais, ampliando as oportunidades de aprendizagem e integração. Ao final, deve-se garantir uma avaliação criteriosa do impacto dos projetos, utilizando rubricas que considerem tanto o desenvolvimento das habilidades previstas quanto os efeitos na comunidade escolar.

No trabalho com os temas prioritários, o Supervisor orienta projetos de educação ambiental que relacionem questões locais com o contexto global, estimulando parcerias com organizações ambientais da região e promovendo ações práticas de sustentabilidade na escola. Para as relações étnico-raciais, deve fomentar projetos que valorizem a diversidade cultural, incluindo o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, além de promover o protagonismo de diferentes grupos étnicos. Na abordagem dos direitos humanos, os projetos devem contemplar cidadania e participação social, trabalhar temas como respeito à diversidade e combate ao preconceito, estimulando ações solidárias e de transformação social.

A avaliação e socialização dos projetos são aspectos cruciais do trabalho do Supervisor, que deve orientar a definição de critérios claros de avaliação e promover momentos de compartilhamento com toda comunidade escolar, organizando mostras e feiras de conhecimento. É importante documentar e divulgar as boas práticas, criar um banco de projetos bem-sucedidos para consulta e estabelecer parcerias com instituições de pesquisa e universidades. O intercâmbio de experiências entre escolas e a participação em feiras e mostras científicas devem ser incentivados constantemente.

Os Supervisores Escolares têm a responsabilidade de organizar a etapa escolar da **Mostra Científica 2025**, cujo tema é "*Rumo à COP 30: criando caminhos para a sustentabilidade*". Essa etapa inicial, além de promover o desenvolvimento de projetos científicos pelos estudantes, sob orientação docente, visa engajar a comunidade escolar em discussões relevantes sobre sustentabilidade, justiça climática e inovações pedagógicas. É fundamental que o Supervisor articule o planejamento dessa Mostra com a equipe docente, incentivando a interdisciplinaridade, a criatividade e a aplicação prática dos conhecimentos, em alinhamento com os temas prioritários da Rede Estadual. Além de selecionar os projetos mais destacados para a fase regional, cabe ao Supervisor

garantir que os estudantes desenvolvam habilidades acadêmicas e competências socioemocionais, como pensamento crítico, trabalho em equipe e protagonismo, fortalecendo seu papel como agentes de transformação social e ambiental.

IMPORTANTE:

O Calendário Escolar de 2025, estabelecido pela Portaria SEDUC/RS nº 831/2024, define datas relevantes e projetos pedagógicos essenciais que devem integrar o planejamento anual das escolas. Entre elas, destacam-se a Semana dos Povos Indígenas, a Semana Mundial do Meio Ambiente, o Dia Nacional dos Direitos Humanos, a Semana da Consciência Negra e outros períodos temáticos que abordam questões de sustentabilidade, diversidade e equidade. Além disso, eventos como as Mostras Científicas e a Feira das Profissões da EJA são oportunidades de promover o protagonismo estudantil e o diálogo entre a escola e a comunidade. Essas orientações têm um papel estratégico na organização do trabalho pedagógico, pois garantem que temas fundamentais para a formação cidadã sejam abordados de forma planejada, transversal e interdisciplinar. Para o Supervisor Escolar, essas datas são uma ferramenta essencial para articular práticas pedagógicas que conectem o currículo às vivências dos estudantes, promovendo aprendizagens significativas, o desenvolvimento de competências socioemocionais e o engajamento da comunidade escolar. A inclusão desses momentos no planejamento anual fortalece o compromisso com uma educação de qualidade, equitativa e alinhada às necessidades do mundo contemporâneo, consolidando a escola como um espaço de formação integral e transformação social.

Datas Importantes:

- **Semana dos Povos Indígenas:** 14 a 17/04
- **Semana Mundial do Meio Ambiente:** 02 a 06/06
- **Dia Nacional dos Direitos Humanos:** 12/08
- **Semana Estadual da Pessoa com Deficiência:** 21 a 28/08
- **Semana Farroupilha:** 15 a 19/09
- **Semana Estadual da Água:** 06 a 10/10
- **Semana da Criança e do Adolescente:** 06 a 10/10
- **Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres:** 13/10
- **Semana da Consciência Negra:** 17 a 21/11
- **Semana Maria da Penha nas Escolas:** 24 a 28/11
- **Feira das Profissões da EJA:** 15 a 17/07; e 15 a 19/12
- **Mostra Científica Escolar:** março a julho de 2025
- **Mostra Científica Regional:** 12 a 16/08
- **Mostra Científica Estadual:** 07 a 11/10

1.2.2. MODELO DE PLANEJAMENTO DE AULAS

Em 2025, a rede estadual passará a adotar um modelo unificado de planejamento de aulas, que estará disponível para todos os professores utilizarem em suas práticas pedagógicas, independentemente da etapa ou modalidade de ensino. Esse modelo busca promover a excelência e a coesão no ensino, oferecendo uma base comum que facilita a estruturação e o enriquecimento das atividades educativas. Sua utilização permitirá maior alinhamento às diretrizes curriculares e maior integração entre os diferentes componentes curriculares, promovendo uma abordagem mais coesa e eficaz no processo de ensino e aprendizagem.

O Supervisor Escolar desempenha um papel fundamental na implementação do modelo de planejamento de aulas, atuando como um elo entre os professores e a gestão escolar. Ele é responsável por orientar os docentes na utilização do modelo, garantindo que ele seja aplicado de forma consistente e alinhado às diretrizes curriculares, e acompanhando o desenvolvimento das práticas em sala de aula, para assegurar que o planejamento se traduza em experiências de aprendizagem significativas e eficazes.

O modelo de planejamento de aulas é uma ferramenta estruturada que auxilia os professores na organização e desenvolvimento das atividades pedagógicas de forma eficiente e alinhada às competências esperadas. Ele contempla elementos como habilidades e objetivos de aprendizagem, objetos de conhecimento, experiências e evidências de aprendizagem, além de destacar aspectos interdisciplinares e competências socioemocionais. Também incentiva o uso de tecnologias e metodologias ativas, como gamificação, sala de aula invertida e aprendizagem baseada em projetos, permitindo personalizar as estratégias de ensino conforme as necessidades da turma.

A adoção desse modelo proporciona clareza e foco no processo de ensino, garantindo que os objetivos pedagógicos sejam alcançados de maneira coesa. Além disso, a integração de temas interdisciplinares e competências digitais incentiva um aprendizado mais dinâmico e contextualizado, preparando os estudantes para os desafios contemporâneos. Para os professores, facilita o acompanhamento do progresso dos estudantes e fomenta a inovação nas práticas pedagógicas, tornando as aulas mais envolventes e eficazes.

Acesse aqui o **Modelo de Planejamento de Aulas**

Assista aqui um **vídeo tutorial** sobre o Modelo de Planejamento de Aulas

1.2.3. RUBRICA PARA LEITURA DO PLANEJAMENTO DE AULAS

Com o modelo de planejamento como referência comum para todos os professores, o Supervisor Escolar desempenha o papel fundamental de realizar a leitura e análise desses documentos. Para apoiar esse processo, elaboramos uma rubrica que funciona como um subsídio teórico, oferecendo diretrizes para a leitura dos planejamentos. Essa ferramenta foi desenvolvida para auxiliar na organização e no direcionamento da análise, fortalecendo o acompanhamento formativo e contribuindo para a qualidade do ensino e da aprendizagem na escola.

O uso de rubricas como ferramenta de análise do planejamento docente promove uma avaliação objetiva e criteriosa, beneficiando toda a comunidade escolar. Elas estabelecem critérios claros de qualidade, orientando o desenvolvimento profissional dos professores e aprimorando as práticas pedagógicas.

Para os Supervisores Escolares, as rubricas são instrumentos estratégicos. Elas reduzem a subjetividade, garantem equidade nas devolutivas e facilitam a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria, otimizando o tempo de análise e permitindo um acompanhamento consistente ao longo do tempo.

Para os professores, as rubricas oferecem um referencial útil e seguro. Além de guiar a elaboração dos planejamentos, servem como ferramenta de autoavaliação, promovendo autonomia e incentivando a melhoria contínua.

Essa abordagem impacta diretamente a aprendizagem dos estudantes. Planejamentos alinhados aos critérios definidos favorecem a coerência entre objetivos, metodologias e avaliações, resultando em intervenções pedagógicas mais eficazes e adaptadas às necessidades dos estudantes.

O Supervisor Escolar deve analisar cuidadosamente os planejamentos de aula assim que forem entregues, avaliando os detalhes com atenção. Esse processo exige socialização e acompanhamento contínuos, incluindo a discussão dos critérios com a equipe docente, ajustes quando necessários e o registro dos avanços, garantindo um acompanhamento formativo e colaborativo.

Acesse aqui a **Rubrica para leitura do Planejamento de Aulas**

A análise dos planejamentos oferece um momento de diálogo e troca construtiva. O Supervisor, com atenção e respeito, faz devolutivas claras, destacando os acertos e sugerindo ajustes para melhorar a eficácia do planejamento. Esse processo é fundamental para apoiar o desenvolvimento profissional do professor e fortalecer a confiança em suas práticas.

Para isso, é essencial socializar o documento com a equipe docente, discutir os critérios coletivamente e realizar devolutivas regulares. O Supervisor deve documentar os avanços e identificar as necessidades de formação contínua, garantindo um acompanhamento efetivo e focado na qualidade da educação.

O documento a seguir tem algumas dicas e sugestões de como conduzir esse momento de Orientações para devolutivas de planejamentos por nível de desempenho de forma que a rubrica se torne não apenas uma ferramenta de avaliação, mas também de desenvolvimento e engajamento profissional.

Acesse aqui **Orientações para devolutivas de planejamentos por nível de desempenho**

É importante ressaltar que o modelo de planejamento apresentado é de uso obrigatório para todos os professores da rede estadual, o modelo estará disponível na sala de gestão do Google Classroom, garantindo fácil acesso e compartilhamento. Cada Supervisor fica responsável pela inclusão dos planejamentos de aulas dos professores da Escola.

1.2.4. CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTO

Para organizar esse trabalho o Supervisor deve seguir o cronograma de planejamento abaixo.

Importante lembrar que esse cronograma deve ser customizado para incluir as ações necessárias ao desenvolvimento dos projetos e programas pedagógicos implementados em cada escola, sem que as ações aqui indicadas sejam prejudicadas.

1° trimestre		
Período	Descrição	Atores envolvidos
06 a 07/02	Planejamento anual e do 1° trimestre	Todos os professores
10/02 a 14/03	Avaliações diagnósticas de sala de aula e avaliação diagnóstica externa	Todos os professores
17 a 28/03	Atualizações no planejamento a partir dos resultados das avaliações diagnósticas	Todos os professores
24/03 a 04/04	Avaliação Diagnóstica de Fluência	Professores anos iniciais
Até 04/04	Leitura e validação dos planejamentos	Supervisores
até 11/04	Ajustes nos planejamentos a partir das devolutivas dos Supervisores	Todos os professores
até 15/04	Atualizações no planejamento a partir dos resultados das avaliações diagnósticas de Fluência	Professores anos iniciais
até 18/04	Inserção dos planejamentos atualizados de aulas na plataforma Classroom	Supervisores
até 18/04	Atualização dos resultados nos Diários de Classe	Todos os professores
14/04 a 17/04	Pré-Conselho	Todos os professores
23/04	Parada pedagógica	Toda equipe escolar
24 a 28/04	Registros no Relatório do Conselho de Classe e organização do Conselho Participativo	Supervisores
29/04	Conselho de Classe Participativo	Toda equipe escolar
05 a 16/05	Estudos de Aprendizagem Contínua (Movimento 2)	Todos os professores
19 a 23/05	Conselho de Classe Trimestral	Todos os professores
19 a 23/05	Atualizações no planejamento do 2° trimestre a partir dos resultados do 1° trimestre	Todos os professores
Até 30/05	Registro das avaliações no ISE	Todos os professores

2° trimestre		
Período	Descrição	Atores envolvidos
19 a 23/05	Atualizações no planejamento do 2° trimestre a partir dos resultados do 1° trimestre	Todos os professores
26/05 a 18/06	Movimento 1: avaliações diagnósticas de sala de aula	Todos os professores
23 a 27/06	Atualizações no planejamento a partir dos resultados das avaliações diagnósticas	Todos os professores
Até 04/07	Leitura e validação dos planejamentos	Supervisores
até 11/07	Ajustes nos planejamentos a partir das devolutivas dos Supervisores	Todos os professores
até 18/07	Inserção dos planejamentos atualizados de aulas na plataforma Classroom	Todos os professores
04 a 08/08	Pré-Conselho	Todos os professores
06 a 22/08	Avaliação Formativa da Rede	Todos os professores
12/08	Parada pedagógica	Toda equipe escolar
13 a 18/08	Registros no Relatório do Conselho de Classe e organização do Conselho Participativo	Supervisores
25/08 a 05/09	Estudos de Aprendizagem Contínua	Todos os professores
08 a 11/09	Conselho de Classe Trimestral	Todos os professores
08 a 15/09	Atualizações no planejamento do 3° trimestre a partir dos resultados do 2° trimestre	Todos os professores
Até 25/09	Registro das avaliações no ISE	Todos os professores

3° trimestre		
Período	Descrição	Atores envolvidos
08 a 15/09	Atualizações no planejamento do 3° trimestre a partir dos resultados do 2° trimestre	Todos os professores
15 a 06/10	Movimento 1: avaliações diagnósticas de sala de aula	Todos os professores
06 a 16/10	Atualizações no planejamento a partir dos resultados das avaliações diagnósticas	Todos os professores
Até 23/10	Leitura e validação dos planejamentos	Supervisores
Até 25/10	Ajustes nos planejamentos a partir das devolutivas dos Supervisores	Todos os professores
Até 31/10	Inserção dos planejamentos atualizados de aulas na plataforma Classroom	Todos os professores
03 a 07/11	Pré-Conselho	Todos os professores
03 a 14/11	Avaliação Somativa de Fluência	Professores anos iniciais
13/11	Parada pedagógica	Toda equipe escolar
13 a 19/11	Registros no Relatório do Conselho de Classe e organização do Conselho Participativo	Supervisores
17/11 a 02/12	Avaliação Somativa da Rede/SAERS	Todos os professores
01 a 12/12	Estudos de Aprendizagem Contínua	Todos os professores
16 a 17/12	Conselho de Classe Final	Todos os professores
Até 19/12	Registro das avaliações no ISE	Todos os professores

REFERÊNCIAS

Referências

Andrade, H. G. (2005)
Teaching with Rubrics: The Good, the Bad, and the Ugly.
Disponível em: www.tandfonline.com/doi/abs/10.3200/CTCH.53.1.27-30

Brookhart, S. M. (2013)
How to Create and Use Rubrics for Formative Assessment and Grading.
Disponível em: www.tandfonline.com/doi/abs/10.3200/CTCH.53.1.27-30

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura
LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 4/2021
Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor Escolar).
Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=201251-pcp004-21&category_slug=marco-2021-pdf&Itemid=30192

DIAZ, Patrícia; PEREZ, Tereza (org.)
Coordenação pedagógica: identidade, saberes e práticas.
Disponível em: www.editoramoderna.com.br/

Furlanetto, F. & Silva, A. A. (2015)
Educação Inclusiva e Diversidade: Práticas e Desafios.
Disponível em: www.penso.com.br/

Gatti, B. A., & Costa, M. A. (2019)
Justiça Curricular: um novo caminho para a educação no Brasil.
Disponível em: www.editoravozes.com.br/

Moran, J. M., & Lück, H. (2018)
Novas tecnologias e mediação pedagógica: Como inovar na prática educacional.
Disponível em: www.penso.com.br/

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 7.132, de 13 de janeiro de 1978
Cria cargos no Quadro de Carreira do Magistério Público Estadual.
Disponível em: www.al.rs.gov.br/legiscomp

ASchwantes, D. (2015)
Currículo e Justiça Social na Educação: Uma Perspectiva Crítica.
Disponível em: www.penso.com.br/

Secretaria de Estado da Educação
Portal da Educação do Rio Grande do Sul.
Disponível em: educacao.rs.gov.br/inicial

URIBE, M., BERKOWITZ, D., TORCHE, P., GALDEMES, S. e ZORO, B. (2017)
Marco para la gestión y el liderazgo educativo local.
Disponível em: www.lidereseducativos.cl/wp-content/uploads/2017/08/Marco-LE.pdf

O futuro é nosso

GOVERNO
DO ESTADO
RIO
GRANDE
DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO